

02. AS DINÂMICAS SOCIAIS E A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO CONTEXTO DOS GOVERNOS DE ESQUERDA.

Olinto Silveira Alves filho¹

Introdução

Exceto o Chile, que foi o berço do neoliberalismo na América Latina, as principais diretrizes das políticas neoliberais foram implantadas nesta região a partir de meados da década de 1980, prevalecendo durante quase toda a década de 1990, com a promessa de restituir a democracia e criar as condições para a integração dos seus países. Prometia também sua inserção na nova ordem geopolítica internacional, possibilitando acesso aos fluxos de capital e o compartilhamento da prosperidade dos grandes centros da economia mundial.

Por sua vez, a esquerda latino-americana, que pregava a revolução e a derrubada do sistema capitalista, organizada em vários matizes marxistas e revolucionários, trotskistas, anarquistas e comunistas, parecia abatida e confusa por conta da derrocada do bloco socialista, simbolizado pela queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e com o avanço das ideias direitistas e liberalizantes, costuradas no consenso de Washington e seu modelo de governança.

Todavia, as promessas do neoliberalismo não foram cumpridas, muito pelo contrário, o que se assistiu foi, por um lado, a dilapidação das riquezas da região (com o processo de privatização do seu patrimônio), e o aniquilamento das políticas desenvolvimentistas (através do desmonte do Estado, da desregulamentação da economia e da liberalização dos mercados), gerando níveis recordes de desemprego e pobreza para a grande maioria da população. Por outro, o aligeiramento da participação popular nas decisões de políticas públicas, perseguição e constrangimento dos sindicatos, partidos políticos de esquerda e movimentos sociais.

¹ Doutorando/PPGS-UFS. E-mail: olinthos@ig.com.br e olinthos@yahoo.com.

Sendo assim, o esgotamento das diretrizes neoliberais e suas promessas, bem como a reorganização programática e estratégica de muitos dos partidos de esquerda, que passaram a se enquadrar dentro das normas institucionais da democracia burguesa, a fim de disputarem o comando no executivo e chegarem ao poder, convergiram para uma nova onda que levou ao poder vários movimentos e partidos de esquerda de ideologia marxista e viés nacionalista, a começar pela eleição do primeiro governo de esquerda da região, Hugo Chaves, pelo Partido Socialista Unido da Venezuela, em 1989. Logo em seguida, em 2002, no Brasil, é eleito Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores².

Ancoradas no mercado internacional de *commodities* (produtos primários) e seus preços favoráveis para países exportadores destes produtos (como é o caso de boa parte dos países dessa região), as políticas macroeconômicas, de viés heterodoxo, e de integração regional dos novos governantes da América Latina, promoveram um período de mais de uma década de avanços econômicos e sociais, desenhando uma trajetória diferenciada, com dinamismo próprio, de crescimento e desenvolvimento econômico, a partir dos anos 2000. Com efeito, o período entre os anos de 2003 a 2008 ocorreu acompanhado da redução da pobreza e das históricas desigualdades sociais, por conta de um conjunto de políticas social se incorporação de grandes camadas da população ao mercado de consumo. No que se refere ao processo de integração regional, foi formatada o que Dabène (2014) chamou de “quarta onda de regionalismo”, através de alianças e agrupamentos regionais, tais como a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Aliança do Pacífico (AP).

Entrementes, a acumulação de erros e complexos problemas de cunho econômico, social/político e ético (capitaneados pela oposição de direita e sua mídia golpista) fizeram com que os governos de esquerda da América Latina entrassem num

² Pouco depois vieram as eleições do peronista Nestor Kirchner, na Argentina, pelo Partido Justicialista, em 2003; Tabaré Vázquez, no Uruguai, pelo Partido Frente Ampla, em 2005; Michele Bachelet, no Chile, pelo Partido Socialista do Chile, em 2006; Evo Morales, na Bolívia, pelo Movimento para o Socialismo, em 2006; Daniel Ortega, na Nicarágua, pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 2006; Rafael Correa, no Equador, pelo Movimento Alianza PAIS (Pátria Ativa de Soberana), em 2007; e, por fim, Fernando Lugo, no Paraguai, pela Frente Guasú, em 2008.

processo de desgaste e perda de credibilidade junto à população. De fato, os problemas econômicos começaram a ganhar corpo por conta das ações de políticas para combater os impactos das turbulências internacionais, ocorridas a partir da falência do *Lehman Brothers* em setembro de 2008, apesar de que, inicialmente, não provocou grandes abalos para a região, mas, a partir de 2012, quando os preços das *commodities* começaram despencar no mercado internacional, produziu enormes dificuldades para seus países.

Assim, de acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015), os países latino-americanos, em sua grande maioria, dentre os quais são notórios os casos do Brasil, Argentina e Venezuela, vêm sinalizando, em seus registros de contabilidade social, taxas de crescimento desfavoráveis, nos últimos quatro anos. Embora a Bolívia e o Equador tenham conseguido manter, de certa forma, algum tipo de expansão em seu crescimento econômico, estes dois países continuam enfrentando problemas em suas políticas domésticas.

Sendo assim, o propósito deste artigo é analisar o processo de ascensão e queda dos governos de esquerda dos países latino-americanos, refletindo a respeito das consequências que o retorno dos governos de direita provocará nas dinâmicas sociais e no sistema de integração regional colocado em curso. O esperado retorno da direita na região já é uma realidade na Argentina (onde o empresário Mauricio Macri foi eleito presidente da república, em 22 de novembro de 2015) e, em parte, na Bolívia, onde a oposição já comanda o parlamento.

A fim de melhor aprofundar essa discussão, este texto está organizado em seis seções. Na primeira seção desenho um pequeno panorama da América Latina; na segunda seção, trago alguns aspectos teóricos sobre as relações internacionais; na terceira seção, apresento as experiências de alguns poucos governos de esquerda na América Latina e suas dinâmicas sociais; na quarta seção, estabeleço uma pequena avaliação sobre as dinâmicas sociais e a integração regional, buscando correlacioná-las ao processo de globalização econômica; na quinta, faço uma discussão sobre as consequências da iminente derrota dos governos de esquerda na América Latina e, na última seção, objetivando trazer uma fonte alternativa de investigação e sugestão para

futuras pesquisas relacionadas ao tema, e também finalizar este texto, esboço minhas considerações finais.

1. Breve panorama da América Latina

A América Latina faz parte do continente americano, sua população alcança o montante de 640 milhões de pessoas e está espalhada em uma área de aproximadamente 21 milhões de quilômetros quadrados, sobre a qual incorpora os seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, Panamá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Uruguai, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, República Dominicana, Paraguai e Peru. Esta região é riquíssima com todas as suas diversidades culturais e religiosas, dentre as quais se podem destacar as tradicionais artes dos povos nativos, suas danças, músicas e gastronomias.

Ela também é muita rica em recursos naturais, dentre os quais são notórios as abundantes quantidades de terras férteis e seus imensos mananciais de água doce, a exemplo do rio Amazônia. Sendo assim, o plantio de soja vem cada vez mais se ampliando nos pampas.

Os argentinos, por sua vez, a região do cerrado brasileiro está sendo invadido pelo cultivo não só da soja, mais também da cana de açúcar e outras diversidades de frutas cítricas, avançando em direção a região da Amazônia. Com relação às jazidas minerais existentes na região, sabe-se que as maiores reservas mundiais de cobre e de lítio são encontradas no Chile (este país é o maior produtor mundial de ferro) e as três maiores reservas mundiais de bauxita e estanho, pode ser encontrada no Brasil, este país também possui a quinta maior reserva de ferro do mundo (detém o segundo lugar na produção mundial deste minério) e o primeiro na produção de manganês. Quanto ao petróleo, destacam-se os seguintes países produtores: Venezuela, México, Brasil, Argentina, Colômbia e Equador, sendo que a Bolívia se destaca na produção de gás natural, enquanto que existem consideráveis reservas de gás de xisto, na Argentina.

2. Alguns aspectos teóricos sobre as relações internacionais

Nessa seção nossas discussões estão pautadas, teoricamente, a partir de uma análise crítica de duas abordagens clássicas sobre as relações internacionais, a Idealista e a Realista. Com efeito, segundo Barnabé (2013), a abordagem idealista estabelece um conjunto de princípios universais cujo objetivo é a construção de um mundo que se estruturaria a partir de necessidades do entendimento e da conduta pacífica dos atores sociais, em que a boa vontade e a confiança mútua seriam os motores da história da sociedade humana.

Sendo assim, a fé no mercado, o funcionamento da “mão invisível” e da democracia seriam os ingredientes essenciais para a paz perpétua. Essa ética universal, racionalmente representada pelo iluminismo, conduziria o ser humano ao mundo harmônico e feliz.

Do Abbé de Saint-Pierre, passando por Rousseau e Kant, além de Locke e Adam Smith, e chegando a W. Wilson e na constituição da Liga das Nações, a proposta idealista defendia (e ainda defende) a primazia da ética e parte da crença na consolidação gradual de uma ‘harmonia de interesses’ entre indivíduos e Estados que resultaria numa comunidade internacional pautada no cumprimento da lei e da ordem, na democracia liberal e na paz perpétua. (BARNABÉ, 2013, p. 37).

Para ilustrar as influências recentes desta ideologia utopista-idealista nas relações entre os países da América Latina, o autor cita o artigo do Embaixador Gonçalo de Barros e Mello Mourão, em seu artigo “O Haiti e o Brasil no Mundo” (2010), onde está dito que a atuação do Brasil nas relações internacionais se apresenta como um comportamento novo, absolutamente desinteressado e balizado no altruísmo, na bondade e na verdadeira cooperação.

De fato, a configuração de um sistema internacional multipolar, a partir da desestruturação do mundo socialista (cujo símbolo maior se desenhou com a queda do muro de Berlim, em 1989), possibilitou a unificação da Alemanha e formação de novos blocos econômicos, mas também a explosão das guerras étnicas e da hegemonia imperial dos Estados Unidos, re-configurando a nova ordem mundial, com o rótulo de globalização mundial. Tudo isto se apresentou como fontes de argumentos que alimentaram a velha utopia idealista das relações internacionais, onde prevaleceria, a

partir de então, a harmonia e o equilíbrio de interesses entre os países, sedimentadas na economia do livre mercado, na educação universal e na soberania popular, elementos dinâmicos de uma paz infinitamente duradoura entre as nações.

Por sua vez, conforme Barnabé (2013), o Realismo é um paradigma construído a partir das críticas ao Idealismo, feito por Carr, Morgenthau, Aron e Kissinger. Diferentemente do Idealismo, ele tem como axioma o conflito, ou seja, as nações se relacionam de forma incessantemente conflituosa, e tem sido assim ao longo da história. Nesse sentido, os conceitos basilares trabalhados pelo Realismo são: anarquia, poder, conflito, interesse nacional, dentre outras; de maneira que essa teoria tem como objeto de investigação a proposta “estadocêntrica” no que tange as relações internacionais. Sendo assim, o Estado no âmbito internacional pauta suas ações objetivando a manutenção, expansão ou demonstração de poder. Ainda de acordo com este autor, por um lado, o realismo estabelece uma espécie de doutrina darwinista, em que o mais apto predomina de forma mais eficiente sobre os menos adaptados e isto é socialmente inadmissível. Por outro, a doutrina da harmonia natural de interesses, descalçada da realidade, é um manto que encobre os interesses escusos dos privilegiados.

Todavia, apesar da explícita abordagem positivista que dá o suporte metodológico para ambas as abordagens, as análises idealistas e realistas ressurgem fortemente no cenário internacional contemporâneo. De maneira que, inicialmente, Barnabé (2013) alerta para suas limitações, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto político e ideológico, uma vez que

De antemão, é importante atentar para o caráter acrítico dessas duas teorias no que concerne às desigualdades, assimetria e contradições que caracterizam as relações internacionais. Mais do que isso, embaladas pela corrente positivista, cada uma à sua maneira justifica a realidade – dentro dos moldes capitalistas ocidentais – ao vestirem-se de pretensa neutralidade e universalismo. (BARNABÉ, 2014, p.42).

Nesse sentido, pode-se perceber a influência destas duas abordagens sobre questões, análises e alternativas relacionadas à crise econômica e financeira internacional, instalada a partir de 2008, no mercado imobiliário americano, cujo ápice se deu com a queda do *Lehman Brothers*. De sorte que as asserções idealistas e realistas,

cada uma com seus diferentes diagnósticos, cada um à sua maneira, expressam posições em defesa e perpetuação do sistema capitalista.

Com efeito, de acordo com Barnabé (2013), os utopista-idealistas rezam pela restauração dos princípios e práticas das democracias liberais, já fortemente recomendadas desde os anos 90 do século XX. Enquanto que os realistas pautavam-se, essencialmente, “na securitização do mundo, a partir das chamadas novas ameaças” (BARNABÉ, 2013, p. 43). Sendo assim, em seu dogma de apartamento do Estado da Sociedade, a contradição se instala na posição idealista, pois, de um lado, defende as premissas da globalização neoliberal: desregulamentação dos mercados, privatização e austeridade dos gastos públicos, numa palavra, menos Estado, mais mercado; de outro, o Estado é requisitado para remediar defeitos do mercado e recompor as condições de reprodução ampliada do capital. No caso da crise de 2008, o Estado canalizou vultosos recursos públicos para salvaguardar as grandes cooperações do sistema financeiro internacional: bancos privados, corretoras e seguradoras, etc.

A problemática realista levanta novas justificativas, uma vez que o Muro de Berlim foi derrubado e a URSS desmantelada, o discurso construído durante toda a Guerra Fria ficou esvaziado, de maneira que deve assumir uma nova roupagem, o fantasma do Comunismo cede lugar à ameaça Terrorista, dentro do contexto da nova ordem global neoliberal comandada pelos Estados Unidos. Na América Latina, a ideologia estadunidense do combate ao terrorismo ostenta a versão de novo tipo no combate ao “Narcotráfico”.

3. Experiências de alguns governos de esquerda na América Latina

Nesta seção são analisadas as experiências dos governos de esquerda na América Latina, desde sua ascensão e queda, bem como suas transformações no que diz respeito às dinâmicas sociais. Para tanto, faz-se necessário selecionar aqueles países cujos processos político/jurídico, institucionais e econômicos tiveram maior destaque, tanto influenciando favoravelmente os demais países da região, como também provocando reações contestatórias de alguns países da comunidade internacional. Neste sentido, são

aqui trabalhados, sem ordenamento de importância, a Venezuela, o Brasil, Uruguai e Argentina.

Antes, porém, é importante caracterizar o que entendemos por esquerda, desde uma perspectiva política, histórica, teórica e prática. De maneira que o método mais indicado para a determinação do vocábulo esquerda, de acordo com Petras (2006), deve basear-se em análises reais e não em elementos simbólicos ou retóricos de um dado regime ou de uma determinada liderança política,

As medidas práticas incluem os orçamentos, a propriedade, a renda, o emprego, a legislação trabalhista e as prioridades em investimentos/rendimentos. A chave para tanto é focalizar as atuais bases sociais, as configurações sociais de poder e de alianças, não o passado, dada a cambiante dinâmica do poder e da política de classes. A terceira questão metodológica é diferenciar entre uma campanha política e as políticas de um partido político no poder, haja vista que há uma notória e enorme diferença entre ambas. (PETRAS, 2006).

Nesse sentido, é possível estabelecer um referencial histórico e político a partir do qual se pode construir alguns critérios e indicadores que torne possível avaliar se uma dada política é de esquerda, centro-esquerda ou de direita. Dentre os quais, Petras (2006) elencou alguns, mas para nosso propósito, destacamos os seguintes: os orçamentos públicos devem priorizar os principais gastos sociais e de investimentos públicos que gerem emprego e renda, ao invés de priorizar subsídios aos conglomerados empresariais e pagamento da dívida pública (interna e externa); políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais; participação e poder popular nos processos decisórios em oposição às decisões de cúpula feitas através dos altos negócios, da banca internacional (FMI) e das elites políticas; diversificação da produção para valorizar produtos com valor agregado, e não a exportação de matérias-primas brutas; promoção de uma legislação trabalhista que facilite a organização sindical; Educação e Saúde públicas, gratuitas, universais e de qualidade; adoção de uma política externa antiimperialista, contrárias as guerras imperiais e as intervenções militares. Portanto, alguns desses critérios serão utilizados para estabelecer se os governos dos países latinos americanos, acima citados, poderão ser classificados como de esquerda ou centro-esquerda ou de direita. Sendo assim, para nossos propósitos de análise, selecionarmos

outros países da América Latina para serem avaliados, que são os seguintes: a Venezuela, o Brasil, Uruguai e Argentina.

Inflação, desemprego, falta de remédios e alimentos básicos, etc., um verdadeiro estado de miséria na Venezuela, em 1989, conduziu o povo a tomarem as ruas, provocando uma verdadeira insurreição popular, o Caracazo. Este levante popular foi sufocado e brutalmente reprimido pelo governo de Carlos Andrés Pérez. Todavia, os problemas econômicos e a crise política continuaram, pois os políticos estavam desacreditados e a corrupção pública e privada dava o norte para suas ações. Nesta conjuntura, o então tenente-coronel das Forças Armadas, Hugo Chaves, em 1992, tentou articular um golpe de Estado, mas foi derrotado e preso.

Depois dessa fracassada insurreição militar, Hugo Chaves, que ficou pelo menos três anos preso, renunciou a luta armada e organizou, em 1998, o Movimento V República para disputar as eleições presidenciais que ocorreriam neste mesmo ano. Na verdade, a Quinta República constituía em uma frente nacionalista e de esquerda, que tinha como diretriz política, entre outras, a luta contra o imperialismo americano e o neoliberalismo. Neste contexto, Hugo Chaves se tornou presidente da Venezuela.

Após tomar posse, em 1999, Chaves realizou um referendo para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, resultando na institucionalização de uma nova Constituição, chamada de Bolivariana. Dentre outras inovações, a Constituição Bolivariana extinguiu o Senado, dando maiores poderes ao executivo, na figura do presidente da república.

Hugo Chaves reformulou algumas das principais leis do país, entre as quais as Leis de Terras (no sentido de fazer a reforma agrária), dos Hidrocarbonetos e da Pesca, assim como colocou sob controle público o setor petrolífero, contrariando fortemente os interesses das grandes oligarquias econômicas nacionais e estrangeiras, bem como os das corporações empresariais do petróleo e da mídia. Sendo assim, estes setores orquestraram uma greve patronal e deram um golpe civil militar, derrubando Chaves da presidência da República em abril de 2002. Contudo, a reação popular e democrática veio imediatamente, com grandes mobilizações que tomaram as ruas, organizadas pelos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais, mas também contaram com o

apoio de parte considerável das forças armadas, derrotando o golpe e reconduzindo Chaves ao Poder.

Através de políticas de inclusão social e transferência de rendas, Chaves foi reeleito duas vezes, em 2000 e 2006. Durante todo o período de sua gestão, conseguiu diminuir a histórica pobreza da população venezuelana: de 49,9% em 1999, para 27,8% em 2010 (CEPAL, 2015). Dentre tantos outros benefícios, houve melhorias na educação, saúde, aposentadoria, moradia e alimentação. Sedimentando uma grande aliança com as classes menos favorecida, Hugo Chaves fortaleceu as organizações dos movimentos sociais e as associações populares.

Nesse contexto, Hugo Chaves transformou-se em uma figura internacionalmente respeitável no campo da esquerda, notadamente por meio dos seus discursos contrários ao império norte-americano. Defendendo a cooperação entre as nações mais pobre e a unidade dos povos latinos americanos, Chaves foi um dos mentores da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas), sendo que, através desta última, foi criada uma moeda comum e um Banco Unificado para os países que a compunham, além de oferecer empréstimos financeiros a juros baixos e ajuda logística para muitos dos países aliados. Para combater o monopólio da mídia pró-capitalista, foi criada a TeleSur (Televisão Del Sul), uma rede de televisão formada por alguns países da região, como Cuba, Argentina e Uruguai, com sede na Venezuela.

Entretanto, assim como no Brasil, a política econômica do Chavismo pelo menos em seu núcleo duro, não mudou em relação aos governos anteriores. Com efeito, a economia venezuelana continuou dependente do setor petrolífero (direcionando suas exportações de petróleo preferencialmente para os Estados Unidos) e manteve os compromissos com a dívida externa, que comprometia um terço do orçamento, em 2010.

Com a morte de Chaves e a eleição de Nicolas Maduro, a Venezuela vem tendo dificuldade em manter as diretrizes da revolução bolivariana do chavismo, principalmente, no contexto onde o preço das *commodities* se mantém em patamares

excessivamente baixos, notadamente o petróleo cujo preço no mercado internacional está abaixo dos US\$ 40.

Nas eleições parlamentares de dezembro de 2015, a oposição de direita obteve dois terços das cadeiras da Assembléia Nacional, contra 1/3 dos chavistas, e querem convocar uma nova assembléia constituinte e encurtar o mandato de Nicolas Maduro.

No Brasil, a chamada esquerda petista, depois de disputar três eleições consecutivas (1989, 1994 e 1998), para chegar ao poder nas eleições de 2002, teve que assinar uma carta de compromisso com o FMI (junho de 2000) e o mercado internacional, afirmando que manteria os compromissos com o pagamento da dívida externa e daria prosseguimento às reformas neoliberais do atual governo, no caso, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, FHC.

De fato, Luis Inácio Lula da Silva, assim que assumiu, manteve o núcleo duro das políticas macroeconômicas neoliberais de FHC (superávit primário, regime de câmbio flutuante e metas inflacionárias). Logo de imediato, acenou para o mercado, estabelecendo unilateralmente o objetivo de alcançar um superávit primário de 4,5% do PIB (superando as recomendações do FMI), fez uma mini-reforma administrativa, cortando 30% das pensões dos funcionários públicos.

Buscando atrair o capital estrangeiro para o país, Lula colocou em prática a flexibilização da legislação trabalhista, inclusive baixando o custo da indenização das demissões. No seu primeiro mandato, o governo petista pagou religiosamente os juros e serviços da dívida pública (interna e externa), em um montante recorde que chegara à casa dos trilhões de reais, além disso, manteve todas as privatizações da era FHC.

A crise de 2008 provocou a falência de boa parte do sistema financeiro internacional e das grandes empresas transnacionais. De maneira que, as políticas neodesenvolvimentistas, implantadas no Brasil desse período, tinham um endereço oculto na ideologia das políticas sociais e populares. Por exemplo, no ramo automotivo, enquanto a GM e Chrysler tinham decretado suas falências nos EUA, no Brasil obtinham vultosos lucros, ao receber subsídios governamentais, “para gerar empregos”. Por sua vez, as empreiteiras foram também agraciadas com contratos estatais e empréstimos igualmente volumosos, através do BNDES.

Sendo assim, as políticas de bem-estar social e estímulo ao consumo, ancoradas nos recursos públicos, ocultavam de fato uma intenção que era a de beneficiar o grande capital produtivo e financeiro, nacional e internacional. A novidade dessas políticas do PT foi a investigação de contratos fraudulentos na Petrobrás, bem como nos subsídios canalizados para as montadoras de automóvel (com créditos facilitados para seus consumidores) e os contratos duvidosos que foram estabelecidos com as empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, Gutierrez, OAS, etc.), inclusive envolvendo o programa “Minha Casa Minha Vida”. Todos eles estão sendo investigados na “Operação Lava Jato” da Polícia Federal, Ministério Público e Receita Federal.

Assim como boa parte dos governos de esquerda dos países da América Latina, Lula também fez seu sucessor. No caso, a presidenta Dilma Rousseff, que vem levando à frente o projeto estratégico petista, todavia, não contou com as benevolências do mercado internacional de *commodities*, cujos preços se encontravam em queda desde os anos de 2014. De maneira que seu primeiro mandato foi sedimentado por dificuldades políticas e por várias denúncias de corrupção.

Apesar disso, a presidenta Dilma conseguiu se reeleger para um segundo mandato, configurando uma composição no governo com setores mais reacionários do país. No Ministério da Fazenda, assumiu Joaquim Levy (recentemente demitido), homem de confiança do mercado financeiro nacional e internacional, e para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Senadora Kátia Abreu, representante dos latifundiários, apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura e da Pesca, CNA, e pela União Democrática Ruralista, UDR.

Acumulando *déficits* orçamentários de enormes envergaduras, o governo propôs um ajuste fiscal (contemplando os interesses dos bancos e das grandes empresas) que atinge de cheio os trabalhadores, atacando direitos historicamente conquistados, e restringido os financiamentos da saúde e da educação.

No caso do Uruguai, Tabaré-Vázquez foi eleito Presidente em 2005, inclusive com maioria no parlamento, pela Frente Ampla – uma conjunção eleitoral que congregava Tupamaros, socialistas, comunistas, democratas cristãos e liberais democratas. Apesar dessa convergência de esquerda, o governo não desviou muito da

trajetória neoliberal que o país vinha tomando. Com efeito, nomeou para o Ministério de Economia Danilo Astori, figura bem vista no mercado internacional e defensor do rígido controle orçamentário para gastos públicos, além de ser generoso no financiamento do setor agropecuário voltado para exportação, inclusive com o inusitado fato de que o ministro da Agricultura, ex-militante do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (grupo guerrilheiro), José Mujica, concedeu amplo apoio ao agronegócio e abriu a agricultura do país para a entrada do capital estrangeiro.

Tabaré-Vázquez estabeleceu muitos acordos com os Estados Unidos, dentro dos princípios da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA. Seu governo continuou com o processo de privatização, dentre as quais, privatizou a Companhia de Água, contrariando o plebiscito popular – onde a maioria da população defendia a manutenção da companhia nas mãos do Estado.

Do ponto de vista da questão social, o governo criou alguns projetos para geração de emprego e renda, além de um programa de alimentação e assistência emergenciais que atendessem as necessidades dos uruguaios miseráveis e indigentes. Também se beneficiando dos altos preços das *commodities* no mercado internacional, a economia paraguaia se recuperou da recessão, reduzindo a dívida pública de 79% do PIB para um patamar de 60%, enquanto que a inflação se manteve estável, conseguindo inclusive diminuir parte da pobreza e do desemprego. Por conta disto, Tabaré-Vázquez fez eleger seu sucessor, em 2009, José Mujica para um período de cinco anos, 2010 a 2015.

Mujica, durante seu mandato, além de políticas sociais que beneficiou a população mais pobre do Uruguai. Fez aprovar um conjunto de leis progressista para a nação, como legalização do aborto, da maconha e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Dentre suas realizações sociais, destacam-se a diminuição da pobreza (que alcançou o histórico patamar de 11 %, era de 39 em 2005) e a geração de empregos. De sorte que a indigência caiu de 5% para 0,5% nos últimos dez anos. No contexto da integração latino-americano, o Uruguai também ampliou sua participação na UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), no MERCOSUL e na CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe). Entretanto, pode-se afirmar que no geral

Mujica deu continuidade a política pró-neoliberal do seu antecessor, privilegiando as exportações de bens primários, em detrimento de uma política industrial avançada, por exemplo, em 2004, o país quintuplicou suas exportações e, desde 2009, esse número dobrou.

Revestindo de uma ética popular, elogiada tanto pela direita como pela esquerda, Mujica renunciou todas as benesses do cargo de presidente, continuou morando em sua Chácara simples, usando seu carinho popular, o famoso fusca/87 e doando 90 % de seu salário para as organizações sociais. Sai do governo com a aprovação de 64% do eleitorado, reconduzindo o seu antigo Presidente, Tabaré Vázquez, para o mandato de 2015 a 2020.

Finalmente, na Argentina, em 2003, é eleito Presidente o advogado Nestor Kirchner. Kirchner teve pela frente a tarefa de recompor o país e o regime democrático, ambos esfaqueados pelas greves e jornadas de lutas populares entre os anos de 2001 e 2002, organizadas pelos piqueteiros, conhecidas como “panelazo” e que resultou na queda do governo do Presidente De La Rúa. Assim como os outros países da América Latina, o governo se beneficiou com o aumento dos preços das *commodities* e da retomada do crescimento da economia norte-americana, de tal maneira que a gestão do seu governo fez com que a econômica Argentina voltasse a crescer.

Tal qual a política do governo petista, no Brasil, Kirchner implementou um conjunto de políticas sociais compensatórias, em colaboração com os movimentos dos piqueteiros. Todavia, diferentemente do governo Lula, Kirchner tomou medidas políticas corajosas como a punição dos criminosos militares do tempo da ditadura, reivindicação esta há muito tempo defendida pelas Mães da Praça de Maio, o que lhe rendeu muita popularidade.

Posteriormente, nos anos que se seguiram, Nestor Kirchner teve que lidar com vários escândalos de corrupção em seu governo, infindáveis problemas com a crise energética, sendo obrigado a fazer cortes de gás e luz. Muito embora a economia continuasse a manter certo crescimento, os índices de inflação acompanhavam essa tendência e alcançou o patamar de 16%, corroendo os salários dos trabalhadores. De maneira que teve de enfrentar a reação do povo e das greves dos trabalhadores, para

tanto, usou a velha arma da democracia burguesa, a repressão. Todavia, conseguiu eleger sua esposa, Cristina Kirchner.

Então, Cristina Kirchner, vencendo as eleições presidenciais ainda no primeiro turno, tornou-se Presidenta da nação Argentina, em 28 de outubro de 2007. Muito embora as eleições ficassem explicitamente marcadas pelo distanciamento e frieza do eleitorado, que não encontrava alternativa mais avançada em relação à sua candidatura.

Após sua eleição, Cristina propõe um pacote de medidas que incluía o aumento desacelerado dos Gastos Públicos, aumento do superávit primário e congelamento das aposentadorias e dos salários dos servidores público por pelo menos um ano, além de propor um pacto social entre patrões e as centrais sindicais. Sua política econômica pretendeu, de um lado, aumentar os gastos públicos para manter as políticas sociais e transferências de renda; por outro, utilizou-se da política fiscal e cambial favorecendo a inversão privada, com um viés ortodoxo.

4. Análises das dinâmicas sociais e da integração regional

Depois de quase três séculos de intercâmbio preferencial com os países europeus e americanos, a América Latina deu um reverterio no seu processo de integração regional e internacional, com a chegada dos governos de esquerda, ao voltar seus horizontes, por um lado, para as nações irmãs; por outro, para o continente asiático, notadamente, para a China.

O ideal libertador de Simon Bolívar, que conclamava as nações da região para a criação da grande Pátria Americana, nutriu ao longo de mais de dois séculos, os povos latino-americanos na defesa da democracia e integração regional. Neste sentido, destacamos aqui dois governos que fizeram gestões para tornar este sonho realidade.

O primeiro destaque vai para a Venezuela de Hugo Chaves. Com efeito, Chaves, juntamente com o governo cubano (mais tarde se juntaram os governos da Bolívia, do Equador e da Nicarágua), foi um dos mentores da proposta de organização da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. Entre as principais metas perseguidas pela ALBA estão: a cooperação econômica, sedimentada na construção do Banco do Sul e na

criação de uma moeda alternativa ao dólar americano, o *Sucre*; o livre comércio entre suas nações e a construção do Estado de bem-estar social regional.

Entretanto, no que tange as dinâmicas políticas e de participação popular, a partir de 2009, o governo chavista enfrentou bastantes dificuldades, uma vez que o preço do petróleo caiu para menos de US\$ 50, criando sérios problemas, inclusive no fornecimento de água e energia elétrica. Nesse contexto o governo perdeu popularidade e muitos setores que o compunham deixaram a coligação, abrindo espaço para o fortalecimento e a radicalização da oposição, que o acusava de corrupção. Apesar de tudo isto, na Venezuela, a esquerda se mantém com Nicolas Maduro que, como vimos acima, enfrenta uma crise de governabilidade.

O segundo destaque vai para o Brasil, a partir da eleição do presidente Lula, em 2003, de sorte que a integração regional ganhou novos contextos e prioridades. Nesse sentido, a cooperação com os países do Cone Sul assume novas conotações, não apenas do ponto de vista do comércio, mas também em relação às questões sociais e culturais no seio do MERCOSUL, nomeadamente, no que diz respeito às desigualdades sociais e à distribuição de renda.

Mesmo no contexto sul-americano, logo em seguida a ocorrência da Terceira Cúpula Sul-Americana, realizada em Cuzco, em 2004, o Brasil foi o país que mais contribuiu para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que deu origem a UNASUL, em 2008, contando com a presença de doze países da América do Sul, protocolando variados projetos de cooperação regional, no sentido de, coletivamente, suplantar grande parte dos embaraços que travavam o desenvolvimento da região. Nesta perspectiva, buscando contemplar todos os países da América Latina e do Caribe, o Brasil participou da criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), ocorrido em 2010, no México.

Apesar de manter-se no comando do país, já no quarto mandato de governos petistas, agora na figura da Presidenta Dilma, o governo também enfrenta crise de governabilidade, tendo que se defender contra um processo de impeachment e minar as resistências da sociedade brasileira que rejeita o reajuste fiscal em detrimento dos direitos sociais, do emprego e da renda.

5. As consequências da iminente derrota da esquerda na América Latina

Nesse contexto, se por um lado, a ascensão dos governos de esquerda na América Latina foi de fato fruto da mobilização de amplas parcelas populares e de setores da classe média, de caráter revolucionário e antiimperialista, conseguindo articular e organizar diversificados aspectos e interesses que envolviam questões políticas, econômicas, culturais e ambientais. Por outro lado, uma vez no poder, com exceções diferenciadas da Venezuela e da Bolívia, estes governos não conseguiram ou não tiveram interesses de radicalizar a participação e responsabilização dos movimentos, de forma autônoma e independente, na gestão governamental.

Muito pelo contrário, o que se assistiu foi à subsunção das organizações sociais, sindicais e populares (e suas lideranças), através de cargos administrativos, corporativos e estatais como também a criação de secretarias ou ministérios no poder executivo que, apesar de atenderem reivindicações históricas dos movimentos, tinha como objetivo acomodar ou mesmo anular a radicalização do movimento.

Portanto, a opção governamental não foi através do viés popular e democrático, mas por meio da lógica parlamentar viciada em tráfico de influências, propinas e cargos, de maneira que, à moda da antiga direita, a corrupção foi assumindo o *modus operandi* da gestão administrativa destes governos, tornando-se endêmica em muitos países da América Latina, como o triste caso do Brasil, externalizado no “Mensalão” e na “Operação Lava Jato”.

Sendo assim, a classe média e setores atrasados da sociedade, conduzidos pela mídia, tem mobilizado parcelas confusas da população que saem as ruas contra a corrupção, em ambos os casos Brasil e Venezuela, pedindo o *impeachment* dos seus presidentes.

O retorno da velha direita abertamente neoliberal trará um prejuízo enorme para as organizações populares e suas dinâmicas, por um lado, através da criminalização dos movimentos sociais, por outro, pelo estímulo e institucionalização de ações individuais, voluntárias e altruístas da assim chamada participação cidadã.

Quanto à integração regional, muito provavelmente, como já denunciavam os discursos da direita, as instituições nos últimos 20 anos serão esvaziadas e condenadas à extinção, por falta de interesses e cortes de verbas. Os horizontes serão vislumbrados às nações ocidentais, articulados pelas orientações das políticas das instituições internacionais multilaterais, como o FMI e BIRD, e o comércio de transações latino-americanas voltará a ser favorecido aos Estados Unidos da América.

Considerações finais

A natureza heterogênea e pluralista da dinâmica social e política na América Latina, nos últimos 16 anos, configuraram-se tal qual a própria realidade geopolítica e sócio/cultural da região. Com efeito, a dessemelhança na composição e no estilo de gestão político/administrativa dos governos de esquerda foi resultado do acúmulo de lutas e reivindicações dos movimentos sociais e envolveram questões econômicas, étnicas, ambientais e de gêneros, num amálgama de características e fatores que colapsaram para uma posição nacionalista e antiimperialista, de tal maneira que, no processo eleitoral, conduziram muitas das lideranças populares, sindicais e indígenas à presidência da república, em vários países desta região.

Num primeiro momento, a trajetória virtuosa do aumento dos preços das *commodities* permitiu o crescimento econômico e o incremento de recursos que foram canalizados para as políticas de inclusão social, possibilitando conquistas e avanços antes nunca vistos na América Latina. Todavia, no segundo momento, nomeadamente a partir de 2012, ponto de inflexão da referida trajetória dos preços, as economias destes países começaram acumular grandes *déficits* públicos, principalmente por conta dos compromissos com os serviços e juros de suas dívidas internas e externas.

Sendo assim, a crise política que se instalou nos principais países da América Latina (nomeadamente, Venezuela, Brasil e Argentina), criou todas as condições materiais para o retorno dos partidos de direita, capitaneados pela mídia, saudosista das políticas abertamente liberalizantes e antidemocráticas, reféns dos capitais financeiros internacionais.

Referências

BARNABÉ, Israel Roberto. Relações internacionais: olhares cruzados. Brasília: FUNAG, 2013.

CEPAL. Panorama Social de América Latina, 2015. Disponível em: <http://ceal.co/cepal-panorama-social-de-america-latina/>. Acesso em 05 fev. 2016,

PETRAS, James New Winds from the Left’ or Hot Air from a New Right? (2006). Disponível em: Rebellion.org. <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=28333>. Acesso em 02 fev. 2016.

QUENAN, Carlos; VELUT, Sébastien. América Latina: trunfos, fragilidades e desafios após uma década de prosperidade. A Savoir, França, n.24, 9-23, mar. 2014.

DABÈNE, Olivier. A quarta onda de regionalismo. A quarta onda de regionalismo. A Savoir, França, n.24, 64-92, mar. 2014.